

o colonialismo português na África

O caso recente do **Santa Maria**, a chacina dos patriotas angoleses, a publicação pela imprensa de relatório denunciando tráfico de escravos entre as colônias portuguesas e a África do Sul, a decisão do sr. Jânio Quadros de ordenar à nossa delegação na ONU que se abstenha de votar na questão da Angola — tais fatos colocaram na ordem do dia a ditadura salazarista e o colonialismo português na África.

Abordaremos, a seguir, alguns aspectos do problema colonial, deixando de lado a análise do regime que, desde 1928, por ele responde.

Acreditamos, com efeito, que nada indica melhor a natureza de tal regime que os frutos que engendrou: o cercamento das liberdades políticas e sindicais, a **renda per capita** mais baixa da Europa, o terrorismo policial (mais de 3.000 presos políticos abarrotam, atualmente, as prisões do Estado), a miséria e a ignorância em que vive mergulhado o povo português.

reportagem de Rui Mauro Marini

a exploração colonial

Excetuadas algumas posições mantidas na Ásia (Goá, Macau, Timor), o império colonial português se concentra na África, onde abrange três territórios — Angola, Moçambique e Guiné. A população desses territórios é de 10.300 mil habitantes, sendo 220 mil europeus (pouco mais, portanto, de 2%).

A economia e, ali, fundamentalmente agrícola (em Moçambique, por exemplo, 90% da população vivem da agricultura) e se encontra enfeixada nas mãos de algumas grandes companhias coloniais, que produzem para a exportação. Tais companhias ocupam largas extensões (250.000 hectares de Moçambique, por exemplo, isto é, 30% do território, são de propriedade da Companhia Nacional Algodoeira) e obtêm alta taxa de lucros (49% do capital, em média, no ano de 1957).

Ao lado das grandes companhias, o Governo vem promovendo a instalação de colonos portugueses, com o duplo objetivo de proporcionar trabalho à mão de obra desempregada da metrópole e de assegurar sua dominação sobre os nacionais. A colônia de Ela, recém-implantada na Angola, estende-se por uma superfície de 40.000 hectares, distribuídos entre 530 propriedades. Seu custo é estimado em 500 milhões de escudos, equivalentes a dez vezes mais do que se gastou no território, em 1957 com a educação.

Um terceiro fator de exploração junta-se aos que citamos, e é constituído pelos capitais ingleses, belgas e americanos. Estes se ocupam, todavia, menos da agricultura que das riquezas do subsolo, tais como sejam o carvão e o petróleo de Moçambique, os diamantes de Angola.

volta à escravidão

O sistema colonial português não se limita a subtrair aos nacionais as riquezas que lhes pertencem, para utilizá-las exclusivamente em benefício da metrópole. As populações a ele submetidas sofrem, ainda, pesada tributação, que alimenta a máquina administrativa e policial montada pelos portugueses para oprimi-las.

Contudo, o aspecto mais chocante da colonização é representado pelo **trabalho forçado** imposto aos africanos, o qual em última análise, é muito pior do que a escravidão. Como observava o Capitão Galvão, num relatório redigido em 1947:

«Um escravo comprado era considerado, pelo proprietário, como parte do seu capital. O senhor tinha interesse em conservá-lo em boa saúde, da mesma maneira que a um boi ou a um cavalo. Hoje, o indígena não mais é comprado: é simplesmente alugado pelo Governo.

... O senhor pode, em consequência, preocupar-se menos se ele adoecer ou morrer... já que pode substituí-lo por outro». E concluía: «Dessa maneira, certos empregadores perderam até 35% de seus empregados, mas isso nunca os privou do direito de obter outros».

O operário africano é submetido a trabalho obrigatório não somente dentro do território, mas também fora dele — o que da lugar a um sinistro comércio de homens. Em Moçambique, 100.000 africanos são mandados, anualmente, às minas do Transvaal e 40.000 às da Rodésia, mediante aluguel pago pelas companhias à administração portuguesa.

Igualitarismo português

Um sistema onde se pratica tamanha monstruosidade não pode repousar sobre uma ordem social justa. No entanto, o

Governo português recusa a interferência da ONU em suas colônias, alegando terem elas o estatuto jurídico de províncias. Quer isso dizer que os africanos têm o mesmo direito que os cidadãos metropolitanos?

A política aplicada por Portugal em suas colônias é a assimilação (que tantos encômios mereceu, há tempos, do sr. Gilberto Freyre). O que significa que a metrópole não estabelece diferenças entre africanos e portugueses, mas procura, pelo contrário, integrá-los à comunidade lusitana em igualdade de condições.

Dois repórteres do jornal *Le Figaro*, de Paris (jornal conservador, de resto, partidário da integração argelina), estiveram na África Portuguesa em meados de 1957. De suas impressões de viagem, destaca-se esta passagem: «Explicaram-nos que a única discriminação em relação ao indígena consistia em distinguir o «civilizado». Tendo provado que sabe ler e escrever, que é católico praticante, que ganha honradamente sua vida e adota os hábitos europeus, ganha o africano sua carta de «assimilado» e torna-se cidadão português, com alguns direitos (inclusive educação gratuita para os filhos) e todas as obrigações (sobretudo a de pagar imposto). Pode andar na rua depois das nove horas da noite, frequentar os cinemas, mandar seus filhos à mesma escola que os brancos. Indagamos, estupefatos: «E os outros, não? Mas a lei portuguesa não diz que...» Ao que nos retrucou nosso informante: «A lei, não. Mas, os sr. compreendem há os regulamentos da polícia...».

angola na onu

Assim é a colonização portuguesa na África: parasitária, obscurantista, feroz, mas que subsiste, em plena segunda metade do século XX, graças ao silêncio a que, pelo terror, são submetidos aqueles que a suportam e a tolerância cúmplice das grandes potências. Os últimos acontecimentos agitaram o problema, forçaram a opinião mundial a fixar nele sua atenção. O debate programado na ONU sobre a questão da Angola é o primeiro resultado desse despertar e uma chance de liberdade para as populações africanas oprimidas.

E' em tais circunstâncias que o sr. Jânio Quadros volta atrás de decisão já tomada, para ordenar à delegação brasileira que se abstenha de votar contra Portugal. Veremos, então, por determinação presidencial, após ouvir e ter provas das atrocidades portuguesas, nossa delegação pactuar em silêncio com os que as cometem e cobrir de vergonha o povo do Brasil.